

REFORMA PROTESTANTE, VOCAÇÃO PASTORAL E “BLINDAGEM” DO PODER NA ATUALIDADE PENTECOSTAL¹

PROTESTANT REFORMATION, PASTORAL VOCATION AND POWER SHIELDING IN TODAY’S PENTECOSTALISM

James Washington Alves dos Santos²

RESUMO

O objeto de estudo deste artigo é mostrar como as relações de poder se processam no protestantismo diante da atuação de homens em atividades de liderança. Isso implica a existência de uma elite pastoral (sacerdotal) que usa como ponto de separação em relação aos leigos o exercício de um *carisma próprio* aliado à *autocracia*. O nosso principal objetivo é definir com base nas duas categorias expostas acima o que chamamos de *dominação carismática pastoral*. Esta dominação começa com a exaltação da ideia de carisma, tendo derivação na tradição do cargo e numa autoridade preestabelecida pela posição eclesiástica. Sua base está no caráter extracotidiano, transcendente e excepcional, por isso a necessidade de manutenção do reconhecimento carismático das lideranças pastorais. Esta pesquisa é qualitativa e se baseia no modelo de análise da teoria posicional, em entrevistas e na pesquisa bibliográfica para a análise de questão apresentada.

PALAVRAS-CHAVE: Pentecostalismo. Carisma. Autocracia.

ABSTRACT

The object of study of this article is to show how power relations are carried out in Protestantism in the face of men acting in leadership activities. This implies the existence of a pastoral (priestly) elite that uses as a point of separation from the laity the exercise of a *charism of its own* in connection with *autocracy*. Our main objective is to define, based on the two categories above, what we call *pastoral charismatic domination*. This domination begins with the exaltation of the idea of charism, deriving from the tradition of the office and from a pre-established authority by the ecclesiastical position. Its base is in the extra everyday character, transcendent and exceptional, for this reason the need to maintain the charismatic recognition of the pastoral leaderships. This research is qualitative and is based on the analysis model of positional theory, in interviews and in the bibliographic research for the analysis of the presented question.

KEYWORDS: Pentecostalism. Charisma. Autocracy.

¹ Recebido em 01/11/2017. Aprovado em 31/12/2017.

² Professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). E-mail: james.waas@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Para Fernandes (1994, p. 145), a discussão sobre a relação entre rotina e carisma gera uma polaridade desafiadora, pois o pastor (na visão weberiana, o *sacerdote*) vive uma tensão constante entre rotina e carisma. A rotina tende a prendê-lo ritualmente aos compromissos eclesiais, já o carisma, tende a possibilitar o novo, o inusitado, o excepcional. Para sair deste “jogo de forças”, partimos então para a defesa de que existem formas de ação que ampliam o campo de expressão, afirmando que este se movimenta com liberdade por entre as regras formais. É desta forma que a elite pastoral promove a formação de uma *autocracia*³. Apontamos ainda para a ênfase que é dada à centralidade da administração sendo possível valorizar a pessoa do líder, veículo privilegiado da revelação, e ao mesmo tempo, coibir certos personalismos e críticas dos fiéis, buscando, desta maneira, dominar os membros da comunidade.

A dominação carismática pastoral pode ser vista hoje com mais ênfase no meio pentecostal⁴ que tem no Brasil representantes como: Edir Macedo, Romildo Soares, Silas Malafaia e Valdomiro Santiago (para citar os mais conhecidos), que se colocam como detentores de “armas necessárias” ao seu ofício, a saber: os dons de cura e libertação, o domínio profético da Bíblia e da glossolalia⁵, entre outros, ressaltando segundo Gomes Filho (2014, p. 241) um carisma próprio. No entanto, os princípios que regem suas formas de dominação são aplicáveis às lideranças pentecostais em geral, disso resulta a importância de um estudo como o que se apresenta neste artigo.

No que se refere aos aspectos teórico-metodológicos, faremos uso da contribuição dada por Charles Wright Mills (1981), em *A Elite do Poder*, onde ele estuda a elite militar, política e econômica norte-americana e suas relações. O que está em questão são elementos como: *a construção do prestígio* (em nosso caso, o carisma religioso), *o controle das posições-chave institucionais* e *a reprodução institucional*, tomando o *método posicional*⁶ como ponto principal. Por isso fazemos num primeiro momento a descrição e identificação do modelo ministerial (com suas atividades de liderança) e seu poder carismático no domínio sobre os fiéis. Salientamos que estes dons, ligados às características pessoas de cada agente (presbítero, evangelista e pastor), formam qualidades que são encaradas como habilidades excepcionais e enfatizam ainda mais seu domínio na medida em que cada um, dentro de sua particularidade, exercita seu ofício com reconhecimento, tendo autoridade para implementar um *ethos congregacional*⁷ que acompanha sua forma de gerir o sagrado.

Em seguida teremos a problematização da dominação carismática dentro do pentecostalismo brasileiro, gira em torno de duas questões básicas. A primeira é a relação entre rotina e carisma, preparando o terreno para a definição do que chamamos de

³É um modelo de governo baseado nas convicções do líder, em nosso caso, o líder eclesiástico.

⁴ Inclui-se aqui o Pentecostalismo Tradicional e o Neopentecostalismo.

⁵ Falar em línguas estranhas, que podem ser interpretadas como mensagem profética.

⁶Método análise às relações de poder a partir da organização hierárquica de uma instituição.

⁷ Forma particular de vida e comportamento de uma comunidade.

dominação carismática pastoral. A segunda está ligada à formação de uma autocracia, embasada pelo posicionamento institucional. Sabemos dos riscos deste método, pois a crítica afirma que o método posicional deixa de lado a possibilidade de agentes, que não estão relacionados nos postos oficiais de comando, assumirem influência sobre decisões institucionais (CODATO; PERISSINOTO, 2008). Para nos precavermos disso lançamos mão de técnicas que fazem a triangulação: pesquisa bibliográfica, análise de dados qualitativa e entrevistas. A relação entre estas técnicas contribui para uma análise mais completa do objeto, bem como para os estudos sobre elites religiosas, segmento que necessita ser ratificado entre as linhas de pesquisa em estudo das elites.

1. A construção do prestígio e o controle das posições chave

O dilema quanto à escolha, investidura e exercício da vocação pastoral foi tema de diversos textos dentro da Bíblia (Deuteronômio, Ezequiel e Malaquias no Antigo Testamento e as duas cartas de Paulo a Timóteo e a terceira epístola de João no Novo Testamento, são alguns dos exemplos⁸). No entanto, também foi tema dos reformadores [o que envolve pastores e missionários que passariam a fundar igrejas em vários cantos do mundo, concorrendo com o catolicismo].

A Reforma Protestante resgatou, além da vocação pastoral em específico, a “doutrina do sacerdócio universal dos crentes”, levando assim a busca pela sacralização da vida cotidiana via exercício vocacional (do trabalho, do evangelismo, da vida moralmente consagrada). Nas palavras de Lutero [1987, p. 268], “somos, pois, igualmente sacerdotes espirituais diante de Deus”.

A partir destas colocações Lutero afirma tanto a doutrina do sacerdócio universal quanto a da vocação pessoal ao pastorado. Sobre estas questões em Lutero, Weber (2009, p. 34, 35) pontua:

o conceito de vocação foi, pois, introduzido no dogma central de todas as denominações protestantes [...]. O único modo de vida aceitável por Deus não era o superar a moralidade mundana pelo ascetismo monástico, mas unicamente o cumprimento das obrigações impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo. Esta era sua vocação. Lutero desenvolveu o conceito ao longo da primeira década como reformador. De início, em harmonia com a tradição predominante na Idade Média, como representada, por exemplo, por São Tomás de Aquino, ele concebeu a atividade no mundo como uma coisa da carne, embora desejada por Deus; era condição natural indispensável para uma vida de fé, mas eticamente neutra como comer e beber. Porém, com o desenvolvimento do conceito de *solâ fide*, com todas as suas consequências e seus resultados lógicos, a importância da vocação se avultou. A vida monástica não era apenas desprovida de valor e de justificativa perante Deus, mas também encarava a renúncia aos deveres deste mundo como um produto do egoísmo, uma abstenção das obrigações temporais. Ao contrário, trabalhar dentro da vocação se lhe afigurou como a expressão eterna do amor fraternal.

⁸Textos que indicam a necessidade de purificação corporal, integridade moral, uso das diretrizes bíblicas no governo eclesiástico e de uma boa gestão dos recursos das comunidades e promoção do sectarismo.

A figura de Jeová é colocada aqui como elemento pessoal e metafísico que distribui soberanamente os dons naturais e espirituais. Neste sentido, o pastorado e a vocação se misturam apontando para uma mudança soteriológica (relação entre o ser humano e Deus). O exercício dos dons e dos ministérios⁹ aponta agora para uma legítima ação do fiel e ao mesmo tempo para as responsabilidades de cada cristão. Para Veith (2007, p. 15), o sacerdócio universal dos crentes se liga ao ofício pastoral na igreja:

o conceito de “sacerdócio universal” da Reforma não denigre de forma alguma o ofício pastoral, como geralmente se pensa, nem ensina que pastores e cooperadores da igreja são desnecessários, tampouco afirma que cada pessoa pode apresentar sua própria teologia. Pelo contrário, ela ensina que o ofício pastoral é uma vocação, um chamado de Deus com sua autoridade, suas responsabilidades específicas e suas bênçãos.

Já para Calvino (1985, Livro IV, p. 72), a vocação era a condição inicial para qualquer ofício na igreja. Além de organização e ordem, o estabelecimento do governo da igreja passava pela vocação de seus oficiais:

para que não se introduzissem temerariamente homens inquietos e turbulentos a ensinar ou a governar, o que de outra sorte haveria de acontecer, tomou-se precaução expressamente a que alguém não assuma para si ofício público na igreja sem a devida vocação. Portanto, para que alguém seja considerado verdadeiro ministro da Igreja, primeiro importa que tenha sido devidamente chamado (Hb 5.4); então, que responda ao chamado, isto é, emprenda e desempenhe as funções a si conferidas.

Hodge faz exposição semelhante, não apenas apontando o caráter espiritual e interno da vocação, mas também as prerrogativas daquele que foi chamado, sendo a principal delas a comunicação da mensagem cristã a todas as nações da terra, seguida da condução do culto público, da administração dos sacramentos e do treinamento de novos oficiais, estendendo a ação do ministério na vida da igreja. Para Hodge (2003, p. 1288), o trabalho evangelístico no ministério pastoral ocupava a prioridade, sem conflitar com os demais deveres. Portanto, a exposição da Bíblia deveria possuir um caráter evangelístico e dirigido aos não convertidos. Em nossos dias, MacArthur (1999, p. 85), definiu a vocação para o ministério pastoral a partir do chamado e da capacitação que os ministros recebem para exercer o serviço ministerial:

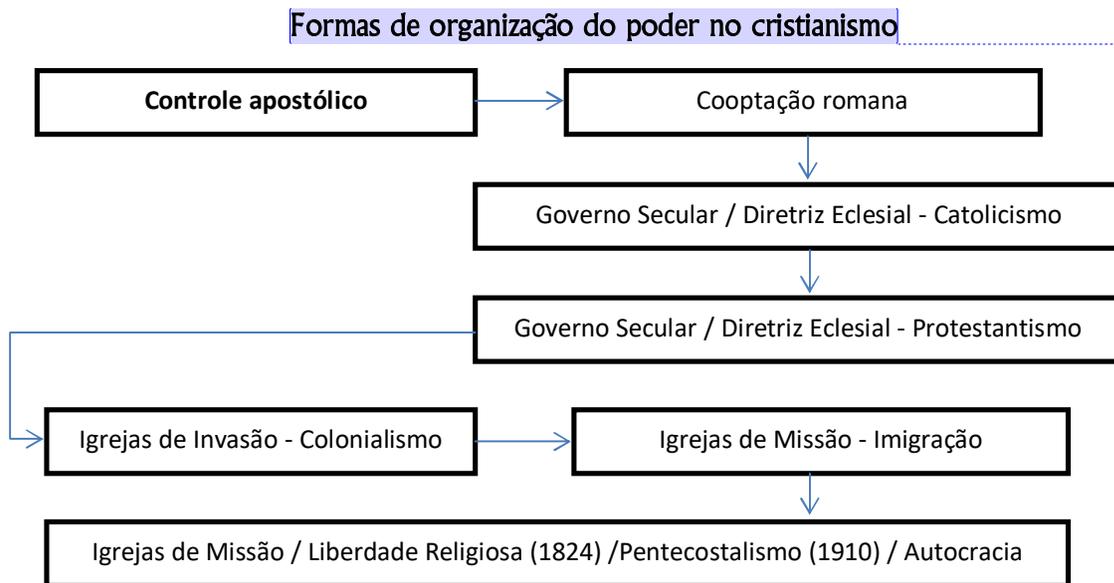
um chamado divino e inigualável, concedido a homens eleitos por Deus para serem ministros de Sua Palavra e servos de sua igreja. Os homens chamados para este trabalho sentem-se indignos (1Tm 1.12-17) e desqualificados (2Co 3.4-6) para tarefa tão preciosa. Mas aos separados para o ministério aplica-se o clamor do apóstolo Paulo: “temos, porém, esse tesouro em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus e não de nós” (2Co 4.7).

É importante observar como, dentro da visão de MacArthur, a seriedade e as responsabilidades do ministério provêm primeiramente de quem chama os seus ministros,

⁹ Cargos eclesiais de liderança ou exercício de um referido dom.

seguida da missão que recebem. A questão é que a igreja tornou-se com o passar dos anos uma organização que de um governo aparentemente *teocrático*, passou a se configurar como uma *autocracia*. A partir desse conceito podemos entender que a existência de ministros ordenados passa a representar formas de governo variadas e os esforços da igreja primitiva em manter uma unidade se esvaem.

○ controle então de posições chave [*cargos políticos, bispados, campos eclesiásticos, assessorias e conselhos em governos, controle da própria denominação a qual se funda e alianças com o colonialismo e o incentivo a migração serão a tônica do poder eclesial*]. Nisto estão inseridas tanto a cooptação romana das formas de organização cristã, quanto no período medievo as futuras missões da igreja protestante.



[AG1] Comentário
mas nenhum escrito

Fonte: Protestantismo Brasileiro, uma breve interpretação histórica [MENDONÇA, 2004].

Em Richard Baxter [1615-1691] encontramos um direcionamento para a visão plena do ministério pastoral, que para além das missões implica no que ele chama de *preparação excelente*, ou seja, passa pelo engajamento nas questões relevantes da igreja local e se estendendo as minúcias e também às dificuldades que a envolvem. Firmou, assim, a ideia de que o ministro deveria avaliar primeiramente sua própria conversão antes de se aventurar na função de proclamador.

se permanecerem nas portas do reino a fim de iluminar a entrada para outros e os senhores mesmos não entrarem, em vão baterão nos umbrais da glória e jamais adentrarão os átrios da graça... Os pregadores do evangelho serão julgados pelo evangelho. [BAXTER, 2008, p. 54]

Ao escrever que apenas homens convertidos mantêm o seu propósito, Baxter solidificou este conceito e ao mesmo tempo rejeitou a ideia do ministério como um meio de sobrevivência ou ganha-pão. ○ chamado para o ministério, segundo Baxter, era um

meio para reformar a igreja e assim ele expressou o zelo e a fidelidade no ministério como instrumentos necessários.

o homem que não for totalmente sincero como cristão, não poderá estar apto para ser pastor de igreja. Isto se comprova quanto ao seu amor a Deus... Tampouco serve para ser um ministro de Cristo o homem que não tem adequando e notório espírito para com a igreja. É preciso que ele se deleite com a beleza da Igreja, aneje sua felicidade, procure a sua prosperidade e se regozije com o seu bem-estar. Ele deve estar disposto a gastar-se e a ser gasto por amor à Igreja. (1989, p. 71)

É possível que as alegações de Baxter sobre a necessária conversão dos ministros de sua época também sejam verdadeiras quanto às necessidades de igreja em vários momentos da história, inclusive nos dias atuais. Segundo Kléos Magalhães (1997, p. 153), o ministro deveria estar comprometido de maneira autêntica com seu trabalho pastoral.

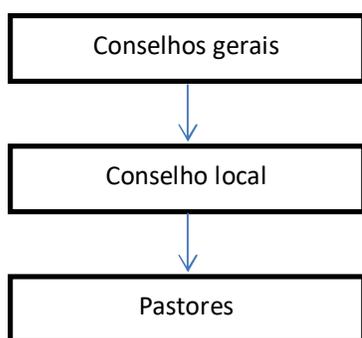
A questão é que a guerra gerada pela concorrência instaurada dentro e fora do meio protestante criou rupturas ministeriais que se colocam ora como uma disputa por posição, ora como uma estratégia de reprodução institucional. Nisso as denominações se diferenciam quanto aos arranjos institucionais. Como exemplo, mostraremos os modelos comparativos entre as protestantes históricas e as igrejas pentecostais:

Modelos de governança

[AG2] Comentário
mesma coisa.

Protestantes Históricas

Congregacionais



[Sistemas de conselhos]

[Sistemas de convenções]

Igrejas Pentecostais

Episcopais



Fonte: Assembleia de Deus: ministérios, carisma e exercício de poder (CORREA, 2013).

Caminhamos para uma especificidade do ministério pastoral partindo do sacerdócio universal dos crentes para o processo de estratificação que diverge: sistemas de conselhos (com controle das atividades pastorais por grupos organizados eclesialmente) e sistemas de convenções (com pastores que se filiam individualmente, ligados as suas

comunidades ou a pastores presidentes]. No primeiro caso, temos uma relativa autonomia, no segundo, uma possibilidade de exercício da autocracia.

Nessa dinâmica, para Veigh a vocação pastoral tem sua característica particular dentro dos ofícios da igreja: é realmente um ofício especial. Não que pelo seu mérito em relação às outras vocações, mas pelas suas consequências enquanto governo eclesiástico, que podem tanto ter um modus operante construtivo de uma comunidade solidária, quanto manipulador e arbitrário [VEITH, p. 94.18].

2. Os dons ministeriais e as relações de poder

Agora que já vimos uma breve introdução sobre a questão vocação pastoral na Reforma Protestante, vamos para questão da especificação dos dons ministeriais no período da formação do cristianismo. Muitas instituições religiosas tecem a sua própria nomenclatura em relação aos encargos ministeriais que são válidos. Para a Assembleia de Deus no Brasil os dons ministeriais que são reconhecidos são os de: diácono e diaconisa, presbítero, evangelista e pastor¹⁰.

A ligação que estes dons têm com a questão da unção reside no fato de que o indivíduo é reconhecido como portador destes encargos na medida em que manifesta o dom da glossolalia como sinal visível do batismo com o Espírito Santo que é na verdade um revestimento sobrenatural de poder que a crença cristã ratifica.

É importante frisarmos o caráter exclusivo da unção, visto que o termo usado em Ef 4. 11 é: “Ele deu” uns, e não todos, para os cargos citados. Contudo, a vontade deste Deus é confirmada pelos homens, pois quando estes elegem alguém, julgam estar sendo guiados no momento da escolha, usando critérios que não são pessoais e dando a interpretação quanto à vontade divina. Isso cria um poderoso entorno de simbolismo e de legitimidade frente à pessoa que foi escolhida. Sobre este assunto cabe citarmos aqui a entrevista que fiz com um pastor, membro da Comissão de Ética da Assembleia de Deus em Alagoas, onde este menciona o seguinte comentário:

A Bíblia fala em Hb 4.5 em relação aos vocacionados para o ministério, que ninguém tome esta honra para si, a não ser aquele que é chamado como foi Arão. Arão foi o primeiro sumo sacerdote de Israel e a partir de Arão surgiu uma linhagem sacerdotal que é conservada até hoje pelo povo de Israel. Então para Arão e para todos nós é um grande privilégio, uma grande honra, eu vejo isso como uma grande honra. Ele quer chamar alguém, vocacionar alguém, chamar essa pessoa para estar exercendo um sacerdócio junto aos homens. Por que o ofício pastoral, tendo essa característica de um sacerdócio, eleva o homem a uma condição de representante de Deus na terra, que não é uma posição

¹⁰Corten [1996, p. 47] menciona que “em seitas importantes e de antiga implantação, os diferentes graus hierárquicos são auxiliar, diácono, vigário e pastor, aos quais vêm juntar-se a função, paralela, de evangélico”. Mesmo que a referência não se dirija diretamente à Assembleia de Deus, o erro está posto uma vez que “vigário” é uma das categorias hierárquicas do clero católico; e “evangélico” é um termo utilizado para definir o fiel protestante, não uma função ou grau hierárquico.

insignificante, pequena, o apóstolo Paulo diz que o obreiro, ele é um embaixador de Cristo na terra, e quando a gente faz uma análise desse cargo de embaixador, não é! Um indivíduo que é investido ou nomeado como embaixador de um país e enviado a outro, aquele indivíduo, ele tem todas as honras que o cargo lhe confere e também todos os direitos, todos os deveres que o cargo confere a ele como embaixador. Ele é o representante do seu país em uma terra estranha. Ele fala em nome do seu povo, em nome do seu governante, a palavra desse homem tem peso, tem valor. Ele é reconhecido como uma grande autoridade, então isso, em se tratando do ministério pastoral, para o homem, o homem mortal, o pastor, um homem mortal, claro! É um grande privilégio, é uma grande honra, eu sou representante de Deus diante dos homens, eu conduzo homens, o pastor pensa assim: eu conduzo homens a Deus, eu abro a porta de certa forma, abro a porta para outros terem acesso a Deus, eu sou um representante de Deus, o que eu faço, dentro da vontade de Deus, Deus aprova, Deus confirma, isso é maravilhoso.

Este “poder simbólico”, de fato, não se resume somente aos cargos ministeriais, senão, a todos os demais cargos que se pode exercer na Assembleia de Deus. Em resumo, tudo o que se têm seria derivado da vontade Deus e o que não se têm também é explicado pelo exercício de sua soberania sobre os seres humanos.

A ideia da soberania divina tem neste caso sua força aumentada devido à transmissão da doutrina, e se enriquece pelo seu revigorar na memória dos fiéis, por isso, é necessário achar homens capazes de alicerçar ainda mais estes fundamentos. Segundo Halbwachs (1990, p. 156) a preservação da memória nos ambientes religiosos se dá por que:

Um grupo religioso, mais que qualquer outro, tem a necessidade de se apoiar sobre um objeto, sobre alguma realidade que dure, por que ele próprio pretende não mudar, ainda que em torno dele as instituições e os costumes se transformem e que ideias e experiências se renovem. Ainda que os outros grupos se entretendam em persuadir seus membros de que suas regras e disposições não permanecem as mesmas por todo um período, mas por um período limitado, a sociedade religiosa não pode admitir que não seja igual ao que era na origem, nem que deva se transformar.

É por isso que os encarregados das funções ministeriais têm a missão de serem os mantenedores dos costumes da instituição religiosa e qual fazem parte e a fim de garantir tal manutenção, os pastores embasados numa justificativa moral e bíblica, exigem que os fiéis da Assembleia de Deus obedeçam às normas impostas pela resolução aprovada no Encontro de Líderes das Assembleias de Deus (ELAD), em 1999, ratificada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 13 de abril de 2011 pela CGADB^{II}, onde se pede que os membros da Assembleia de Deus se abstenham:

- a) de ter os homens cabelos crescidos (1Co 11.14), bem como fazer cortes extravagantes, bem como o uso de brincos;
- b) das mulheres usarem roupas que são peculiares aos homens e vestimentas indecentes e indecorosas, ou sem modéstias (1Tm 2.9,10);

^{II} Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.

- c) do uso exagerado de pintura e maquiagem - unhas, tatuagens e cabelos (Lv 19.28; Rs 9.30);
- d) do uso de cabelos curtos em detrimento a recomendação bíblica (1Co 11.6-15);
- e) do mal uso dos meios de comunicação: televisão, internet, rádio e telefone (1 Co 6.12; Fl 4.8);
- f) do uso de bebidas alcoólicas e embriagantes (Pv 20.1; 26-31; 1Co 6.10; Ef 5.18);
- g) e os ministros da Assembleia de Deus deverão orientar seus fiéis quanto aos programas vinculados na TV brasileira ou em qualquer outro meio de comunicação, os quais venham provocar distorções litúrgicas e confusões teológicas.

Neste sentido a grande missão vocacional daqueles que se consideram ungidos, hoje, é manter-se converso e ao mesmo tempo converter outras pessoas. Chamo isso de “imposição do ide”, fazendo uma alusão ao versículo encontrado no evangelho de Mc 16. 15,16 que convoca todos a uma verdadeira “cruzada”, ao enfatizar: “ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda a criatura. Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado”. Por isso, a ideia de unção reitera a ideia de chamado, e esta, a ideia de missão, não sendo por acaso a postura expansionista e doutrinária mantida pela Assembleia de Deus ao longo de sua história.

Enfatizo que a missão eclesial dos ungidos como ministros atualmente se posiciona na salvaguarda da doutrina cristã, dos costumes da instituição religiosa e também na questão da autonomia de ação segundo a direção de um dado carisma. É neste último ponto que vamos nos deter e que surge o que denomino de Governo **Carismático de Autonomia Pastoral** (GCAP). Suas principais bases são: a ideia de unção e a ideia de autonomia de gestão segundo a liberdade dada pelo Espírito Santo.

Acredito que o domínio dos pastores frente às congregações nos faz vislumbrar uma forma de governo autocrática, que se revela através dos detalhes que cada congregação apresenta de particular (formando o ethos congregacional), contudo, Fernandes (1994, p.194), analisando as denominações evangélicas na região do Grande Rio, argumenta sobre a existência de 3 formas de governo eclesial no protestantismo. A saber, os modelos: Tradicional, Representativo e Carismático. Neste artigo considero a análise do último dos modelos, chamando de Carismático com Autonomia Pastoral.

O **Governo Carismático** é descrito por Fernandes de maneira bem especial, pois este evidencia que “não há igreja sem 'o poder do Espírito'. Sua fundação, segundo o relato bíblico, ocorreu justamente com o Pentecostes, quando o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos”. Por isso ele aponta “que o carisma de uma pregação, de um hino, de uma oração, é elemento constituinte do ato. Os evangélicos oram antes de comer ou de votar”. No entanto, ele mostra que há uma polaridade tipicamente evangélica entre “rotina e carisma”, gerando formas de ação que ampliam o campo de expressão do Espírito que se movimenta com liberdade por entre as regras formais, daí a formação da autocracia. Mas aqui também há variações. Ele aponta que o poder carismático pode enfatizar a autonomia local, ou, ao contrário, a centralidade da administração. “Pode valorizar a pessoa do líder,

veículo privilegiado da revelação, ou, ao contrário, coibir personalismos, distribuindo-se de maneira imprevista pelos membros da comunidade [...]” (Ibid., p. 145).

[...] a qualidade carismática das lideranças nas igrejas locais é uma marca distintiva para a Assembleia de Deus. Com efeito, na carreira eclesial que vai de auxiliar de trabalho a diácono, presbítero, evangelista, pastor, pastor presidente, a pessoa não tem chance de passar do primeiro nível (auxiliar de trabalho) se não for dotado do dom espiritual da glossolalia, a língua estranha e sagrada despertada no fiel pela presença do Espírito Santo (Ibid., p. 200).

A ideia de carisma está intimamente ligada aqui à ideia de dom, e no contexto assembleiano, como já mencionamos, isso significa revestimento de poder. Neste sentido, os pastores, como detentores das duas armas necessárias ao seu ofício, a saber, a Bíblia e a glossolalia, exercem um domínio carismático sobre os fiéis. Saliento que estes dons, ligados às características pessoais de cada ministro (diácono, presbítero, evangelista, pastor e doutor), formam qualidades que são encaradas como habilidades excepcionais e enfatizam ainda mais seu domínio na medida em que cada um, dentro de sua particularidade, exercita seu ofício com reconhecimento, tendo autoridade para implementar um ethos congregacional que acompanha sua forma de gerir o sagrado.

Considerações finais

É inegável que na atual conjuntura das igrejas pentecostais no Brasil e entre elas destaco a Assembleia de Deus, exista o uso de certos artifícios de interpretação bíblica que possibilitam o revestimento ideológico de poder dos indivíduos que são considerados pela crença religiosa como “ungidos do senhor”. Assim o intuito deste artigo foi o de desmistificar a ideia de “carisma e vocação” destes indivíduos em relação às formas impostas de gestão eclesial.

Os objetivos deste artigo na medida em que buscavam alcançar a conceituação da ideia de unção no AT e no NT foram minimamente alcançados, dando base para ligação entre esta unção e os cargos ministeriais hoje usados como estrutura de comando eclesiástico na Assembleia de Deus. Isso mostra a construção de uma teia de relações sociais que estabelece uma estratificação funcional dentro do ambiente religioso e cria um ethos na comunidade religiosa que sacraliza a liderança mesmo tendo críticas aos atos efetuados.

Por fim enfatizamos a questão do carisma, que desde as análises de Weber (2013, p. 232), remonta uma forma de dominação que explora as capacidades pessoais de indivíduos considerados como detentores de elementos incomuns: persuasão, liderança, confiança, inteligência, considerados acima da média, o que na verdade nada mais é do que um entorno de simbolismo que potencializa as ações, na medida em que se usa a “unção do senhor” como mecanismo alavanca das capacidades pessoais. Desta forma cumpro sem esgotar o tema a função do artigo de iniciar uma discussão que é atual e possibilitada a análise das relações sociais no meio pentecostal.

Referências

- ALMEIDA, João Ferreira de. (Org.). **Bíblia de estudo pentecostal**. 24. ed. rev. e corr. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.
- BAXTER, Richard. **Manual pastoral do discipulado**. O pastor aprovado, em edição especial atualizada com notas. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 54.
_____. **O pastor aprovado**. São Paulo: PES, 1989, p. 71.
- BERKHOF, Louis. **Teologia sistemática**. Campinas: Luz Para o Caminho, 1990, p. 1.289.
- CALVINO, João. **As institutas da religião cristã**. 4 volumes. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985, Livro IV, p. 72.
- CODATO; PERISSINOTO. Dossiê: Elites Políticas. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008.
- CORREA, Marina. **Assembleia de Deus: ministérios, carisma e exercício de poder**. São Paulo: Fonte Editorial, 2013
- CORTEN, André. **Os pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FERNANDES, Rubem César. Governo das almas: as denominações evangélicas no Grande Rio. In: _____. **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 163-203.
- GOMES FILHO, Robson Rodrigues. **Carisma e Dominação Carismática: perspectivas teórico-metodológicas do conceito weberiano de carisma e sua efetivação histórica nos estudos da religião**. Revista de Teoria da História, UFG, ano 6, nº 11, maio de 2014.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HODGE, Charles. **Teologia sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2003, p. 1288.
- LUTERO, Martinho. **Sermão a respeito da missa**. Obras Seleccionadas. São Leopoldo: Sinodal, 1987, p. 268.
_____, Martinho. **À nobreza cristã da nação alemã**. Obras Seleccionadas. São Leopoldo: Sinodal, v. 2, p. 283.
- MACARTHUR JR., John. **Redescobrimo o ministério pastoral**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999, p. 85.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **Protestantismo brasileiro, uma breve introdução**. In: MARTINO, Luís Mauro S.; SOUZA, Beatriz Muniz de (Org.). **Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2004.
- SPURGEON, Charles H. **Lições aos meus alunos**. São Paulo: PES, 1990, v. 2, p.

VEITH JR., Gene Edward. **Deus em ação**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007, p. 15.

WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução: Régis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. v.1.